

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003266-07.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Despesas Condominiais**  
 Requerente: **Condomínio Moradas São Carlos I**  
 Requerido: **Marília Soares de Barros Munoo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Condomínio Moradas São Carlos I ajuizou a presente ação contra a ré Marília Soares de Barros Munno pedindo que a ré seja condenado ao pagamento das despesas de administração, conservação e limpeza, totalizadas em R\$ 1.788,67, bem como as parcelas vincendas até a liquidação final, acrescidas de correção monetária, juros de mora e multa.

A ré foi citada às folhas 51, não oferecendo contestação (folhas 53), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia da ré, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

A ré é proprietária da unidade 299 do Condomínio Moradas São Carlos I, e não realizou o pagamento das despesas de administração, conservação e limpeza, expedida pela administradora de Condomínios. A autora alega que fez tentativas para que a ré quitasse o valor, mas não obteve sucesso.

Competia à ré comprovar o pagamento das taxas pleiteadas nesta ação (CC, artigo 320), todavia, não ofereceu resistência ao pedido, presumindo-se que, de fato, é devedora da quantia pleiteada.

**1003266-07.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a efetuar o pagamento das despesas de administração, conservação e limpeza, cujo montante é de R\$ 1.788,67, e também que faça o pagamento das parcelas vincendas até a liquidação final, acrescidas de correção monetária e juros de mora a partir da planilha de folhas 45/46, acrescido de multa de 2%.

Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de setembro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**